

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
de 31 de dezembro de
2022 com Relatório do
Auditor Independente

Banco Randon S.A.
CNPJ 11.476.673/0001-39
NIRE 43300051412

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 17 de fevereiro de 2023.

2º Semestre de 2022

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios das Empresas Randon. Além disso, vêm sendo promovidas iniciativas para o desenvolvimento de soluções financeiras digitais e para o aumento da sinergia com as demais unidades de negócios. O Banco também tem desenvolvido e promovido ações que visam atuar de forma mais ativa com fomento de produtos e serviços voltados ao setor de transporte e logística.

Desempenho: O Banco encerrou o 2º semestre de 2022 com carteira de crédito de R\$ 1.638,0 milhões, sendo 97% classificados nos *ratings* AA, A e B. No exercício 2022, o Banco gerou receitas da intermediação financeira no valor de R\$ 229,2 milhões e apresentou lucro líquido de R\$ 14,9 milhões .

Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de rating, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco tome conhecimento da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de rating ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em Estatuto. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

Negócios sociais - O Banco contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público (OSCIP) que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. O IER mantém programas sociais voltados à comunidade, destacando-se: Programa Florescer, com a missão de preparar crianças e jovens em

situação de vulnerabilidade social para o exercício da cidadania, promovendo a melhoria da qualidade de vida; Programa Florescer Iniciação Profissional, realizado por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o programa atende adolescentes entre 15 e 16 anos, que participam de um curso técnico-profissionalizante na área de Assistente Administrativo e Programa Vida Sempre, que promove a educação para a segurança no trânsito. O Banco também contribui com doações através de incentivos fiscais para entidades de cunho social.

Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Conselho de Administração:

Alexandre Randon – Presidente

Jaime Marchet – Vice-presidente

Geraldo Santa Catharina - Conselheiro

Diretoria:

Joarez José Piccinini - Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti – Diretor Administrativo

David Jose Teixeira Felix – Diretor Comercial

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do,

Banco Randon S.A.

Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.Ltda
CRC-SP015199/O



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-SP192685/O

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Disponibilidades	5	78	42
Instrumentos financeiros		1.813.227	1.425.801
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	148.969	35.903
Títulos e valores mobiliários	6	26.002	21.132
Relações Interfinanceiras	7	163	-
Operações de crédito	8.a	1.564.207	1.205.325
Outros créditos	8.a	73.886	163.441
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(19.223)	(13.357)
Operações de crédito		(18.760)	(12.358)
Outros créditos		(463)	(999)
Ativos fiscais		14.212	10.018
Diferidos	19	14.212	10.018
Outros ativos	9	7.452	8.858
Créditos diversos		570	434
Outros valores e bens		6.882	8.424
Imobilizado de uso	10	377	287
Imobilizações de uso		859	727
(Depreciação acumulada)		(482)	(440)
Intangível	10	1.630	289
Ativos intangíveis		2.153	692
(Amortização acumulada)		(523)	(403)
Total do ativo		1.817.753	1.431.938
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.520.217	1.202.846
Depósitos	11	779.452	726.470
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	50.832	-
Obrigações por empréstimos e repasses	12	689.933	476.376
Provisões	13	840	840
Obrigações fiscais correntes e diferidas	14	12.036	8.555
Outros passivos	15	16.645	6.888
Resultado de exercícios futuros	16	-	5.762
Patrimônio líquido	17	268.015	207.047
Capital social		235.000	185.000
Reservas de lucros		32.972	22.005
Ajustes de avaliação patrimonial		43	42
Total do passivo e patrimônio líquido		1.817.753	1.431.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

		31/12/2022		31/12/2021
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		134.754	229.184	100.231
Operações de crédito	18	125.045	213.884	98.128
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.709	15.300	2.103
Despesas da intermediação financeira		(97.164)	(162.609)	(58.744)
Operações de captação no mercado	11	(53.463)	(88.867)	(22.138)
Operações de empréstimos e repasses	12	(37.789)	(64.810)	(33.469)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos	8.d	(5.912)	(8.932)	(3.137)
Resultado bruto da intermediação financeira		37.590	66.575	41.487
Outras receitas/despesas operacionais		(22.360)	(39.301)	(22.839)
Receitas de prestação de serviços		42	76	153
Rendas de tarifas bancárias		1.323	2.487	2.637
Despesas de pessoal		(6.311)	(11.562)	(9.010)
Outras despesas administrativas	20	(13.689)	(24.724)	(13.040)
Despesas tributárias		(2.074)	(3.777)	(2.525)
Outras receitas operacionais		121	196	1.678
Outras despesas operacionais		(1.772)	(1.997)	(2.732)
Resultado antes dos tributos		15.230	27.274	18.648
Tributos sobre o lucro	19.a	(7.037)	(12.352)	(8.943)
Provisão para imposto de renda		(4.942)	(9.001)	(5.828)
Provisão para contribuição social		(4.193)	(7.546)	(5.580)
Ativo fiscal diferido		2.098	4.195	2.465
Lucro líquido do semestre/exercício		8.193	14.922	9.705
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações	17	228.838	228.838	184.195
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,036	0,065	0,053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022		31/12/2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido no semestre/exercício	8.193	14.922	9.705
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	1	1	1
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	2	2	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Randonprev	(1)	(1)	(1)
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	8.194	14.923	9.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022 2º Semestre	Exercício	31/12/2021 Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício		8.193	14.922	9.705
Ajustes ao resultado:				
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		5.647	9.468	2.177
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos		265	(536)	960
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	13	-	-	157
Constituição (reversão) de provisão para outros pagamentos		1.065	1.121	(547)
Constituição (reversão) de provisão de outros valores e bens	9.a	621	580	(615)
Depreciações e amortizações		120	190	113
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	19.a	7.037	12.352	8.943
Juros sobre dívida subordinada		-	-	189
Lucro líquido ajustado		22.948	38.097	21.082
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		7.966	(4.869)	(9.545)
(Aumento) em operações de crédito		(130.496)	(361.948)	(381.589)
(Aumento) em relações interfinanceiras		(152)	(152)	-
(Aumento) redução em outros créditos		(44.473)	89.418	(155.646)
Redução em outros valores e bens		23	961	9.043
(Redução) aumento em depósitos interfinanceiros		(173.995)	(245.472)	341.041
Aumento em depósitos a prazo		275.026	298.444	124.541
Aumento (redução) em obrigações por emissão de letras financeiras		50.832	50.832	(25.908)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		143.065	213.557	123.096
(Redução) aumento em outras obrigações		(1.232)	7.397	(3.619)
(Redução) aumento em resultados de exercícios futuros		-	(5.762)	3.671
Ajustes de avaliação patrimonial		1	1	2
Impostos pagos sobre o lucro		(2.790)	(13.065)	(9.351)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		146.723	67.439	36.818
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento				
Alienação de imobilizado de uso		-	-	5
Aquisição de imobilizado de uso	10	(70)	(160)	(133)
Aquisição de intangível	10	(444)	(1.461)	(107)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento		(514)	(1.621)	(235)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	17.b	-	(2.716)	(2.384)
Dívida subordinada paga		-	-	(60.193)
Integralização de capital	17.a	-	50.000	50.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		-	47.284	(12.577)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		146.209	113.102	24.006
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	2.838	35.945	11.939
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	5	149.047	149.047	35.945
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		146.209	113.102	24.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro
de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043
Integralização de capital (Nota 17)	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.705	9.705
Dividendos AGO 13/04/2021	-	-	(397)	-	-	(397)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.305)	(2.305)
Destinação:						
Reserva legal	-	485	-	-	(485)	-
Reserva geral de lucros	-	-	6.915	-	(6.915)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047
Saldos em 1º de janeiro de 2022	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047
Integralização de capital (Nota 17)	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.922	14.922
Dividendos AGO 13/04/2022	-	-	(411)	-	-	(411)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.544)	(3.544)
Destinação:						
Reserva legal	-	746	-	-	(746)	-
Reserva geral de lucros	-	-	10.632	-	(10.632)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235.000	3.596	29.376	43	-	268.015
Saldos em 1º de julho de 2022	235.000	3.187	18.744	42	6.392	263.365
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	8.193	8.193
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.544)	(3.544)
Destinação:						
Reserva legal	-	409	-	-	(409)	-
Reserva geral de lucros	-	-	10.632	-	(10.632)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235.000	3.596	29.376	43	-	268.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, Compror (Compror e *Floor Plan*) e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 4.818/20;

- CPC 04 (R1) – Ativo intangível – Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – Resolução CMN 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro – Resolução CMN 4.924/21;
- CPC 24 – Eventos subsequentes – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Resolução CMN nº 4.924/21.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Apresentação do balanço patrimonial

Considerando o exposto no art. 23 da Resolução BCB 2/2020, as contas do balanço patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, e não mais segregadas em circulante e não circulante, sendo a segregação apresentada apenas nas notas explicativas correspondentes. O conceito de segregação em circulante e não circulante, obedece aos requisitos expostos no art. 20 e 21 do mesmo normativo.

d) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

g) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

h) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação e financiamento de ativos não financeiros mantidos para venda) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

i) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19, do CMN, sendo o montante registrado em "Ativos não financeiros mantidos para venda".

l) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN.

m) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 10, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

n) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado.

o) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

p) Obrigações por empréstimos e repasses e letras financeiras

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

q) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

r) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

s) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis no exercício para contribuição social são de 20% no período de 01 janeiro de 2022 a 31 de julho de 2022, 21% no período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A partir de janeiro de 2023 a alíquota da contribuição social retornará para 20%.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

t) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. Com a alteração prevista na Resolução BCB nº 92 de 06 de maio de 2021, art. 9º, os saldos referentes a essas receitas, que eram classificados no grupo Resultado de exercícios futuros até 31 de dezembro de 2021, foram reclassificados para o grupo de Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - Pais a partir de janeiro de 2022.

u) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

v) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, liquidados dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

w) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

x) Plano de implementação – IFRS 9

Em atendimento ao artigo nº 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco Randon preparou um plano de implementação à resolução e abaixo incluímos o resumo do plano de implementação, preparado e aprovado pelo conselho de administração, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024, de forma a estarmos aptos a adotá-la em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

Entendemos que a adoção da Res. CMN 4.966/21 é um processo que abrange diversas áreas e estruturas do Banco e que traz diferentes desafios tais como definições conceituais, operacionais, técnicas, de tecnologia, entre outras, dessa forma o plano de adequação elaborado pelo Banco foi estruturado buscando englobar todos os macro conceitos definidos pela resolução, quais ações serão necessárias para a adequação, bem como definindo as áreas responsáveis e interdependentes entre si, além de identificar os sistemas e estruturas de tecnologia envolvidos em cada uma das ações e estabelecendo os prazos de implementação de cada ação. Importante ressaltar que até 31/12/2022 ainda existem definições a serem emitidas pelo Banco Central e que podem gerar a necessidade de alteração/complementação do plano por hora aprovado.

O Banco Randon espera concluir até dezembro de 2023 as análises e documentar os itens de: Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros, Definição de Modelos de Negócios, elaborar a classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros e elaboração de metodologia/modelo de tratamento de risco de crédito considerando os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/21.

No âmbito de sistemas e tecnologia o Banco Randon espera também concluir até Dezembro de 2023 a avaliação de impactos sistêmicos relacionados a mensuração da Taxa de juros efetiva, seu respectivo critério de reconhecimento contábil, avaliar impactos sistêmicos relacionados a mudança no prazo de paralização de reconhecimento de receita de juros (“stop accrual”), avaliar os impactos tributários referente a dedutibilidade fiscal das perdas baixadas para prejuízo, considerando as alterações de tratamento contábil previstas pela Lei nº 14.467/22 bem como avaliar os impactos a serem gerados pelo novo plano de contas COSIF que está em discussão pelo BACEN junto ao mercado, discussão esta que já gerou itens iniciais conforme a Resolução BCB nº 255/22 e Instrução Normativa BCB nº 318/22.

Sobre os temas relacionados a capital regulatório e demais documentos regulatórios, o Banco Randon aguarda as definições normativas a serem divulgadas pelo BACEN para a correta avaliação dos temas e atualização do plano de implementação considerando as respectivas datas a serem atendidas sobre estes assuntos.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos civis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução 4.842/2020 do CMN e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 19.

c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	34.856	-
Letras do Tesouro Nacional	-	24.404
Notas do Tesouro Nacional	114.113	11.499
	<u>148.969</u>	<u>35.903</u>
Disponibilidades	78	42
Total	<u>149.047</u>	<u>35.945</u>
Circulante	149.047	35.945

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado, sendo estes com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação			31/12/2022	Valor de Custo	Marcação a mercado	31/12/2021
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado (contábil)			Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.134	23.868	26.002	26.058	(56)	21.132

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

7. Relações interfinanceiras

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos vinculados – Ativo		
Depósitos de moeda eletrônica no Banco Central (a)	11	-
Conta de pagamento instantâneo no Banco Central	152	-
Total	163	-
Circulante	163	-

(a) Destina-se ao registro dos valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas (Nota 11).

8. Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	31/12/2022		31/12/2021	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	21.723	1,32	22.882	1,67
Direitos creditórios descontados	37.936	2,32	32.841	2,40
Financiamentos (b)	1.504.548	91,85	1.149.602	83,99
Total	1.564.207	95,49	1.205.325	88,06
Circulante	949.642	57,97	821.851	60,04
Não circulante	614.565	37,52	383.474	28,02
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	71.721	4,38	161.506	11,80
Financiamento ativos não financeiros (d)	2.165	0,13	1.935	0,14
Total	73.886	4,51	163.441	11,94
Circulante	72.499	4,43	161.735	11,82
Não circulante	1.387	0,08	1.706	0,12
Total da carteira	1.638.093	100,00	1.368.766	100,00

- (a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.
- (b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compras (Compras e Floor Plan).
- (c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.
- (d) Referem-se a devedores por compra de valores e bens advindos de financiamento de ativo não financeiro mantido para venda, contabilizado em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	31/12/2022		31/12/2021	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:				
Até 90 dias	5.319	0,32	2.650	0,19
De 91 até 360 dias	1.497	0,09	447	0,03
Acima de 361 dias	2	0,01	163	0,01
Total vencidos	6.818	0,42	3.260	0,23
A vencer:				
Até 90 dias	737.444	45,02	794.644	58,06
De 91 até 360 dias	277.879	16,96	185.845	13,58
Acima de 361 dias	615.952	37,60	385.017	28,13
Total a vencer	1.631.275	99,58	1.365.506	99,77
Total	1.638.093	100,00	1.368.766	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(11.234)	58,44	(8.230)	61,62
Não circulante	(7.526)	39,15	(4.128)	30,91
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(18.760)	97,59	(12.358)	92,53
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(456)	2,37	(948)	7,09
Não circulante	(7)	0,04	(51)	0,38
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(463)	2,41	(999)	7,47
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(19.223)	100,00	(13.357)	100,00
Total da carteira líquida das provisões	1.618.870		1.355.409	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	31/12/2022		31/12/2021	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	37.276	2,27	38.400	2,81
20 maiores devedores seguintes	411.259	25,11	413.096	30,18
Demais devedores	1.189.558	72,62	917.270	67,01
Total	1.638.093	100,00	1.368.766	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	2.340	-	2.140	-
A	0,50%	1.056.711	5.283	765.969	3.830
B	1,00%	531.876	5.319	558.729	5.587
C	3,00%	20.786	624	28.260	848
D	10,00%	11.643	1.164	3.904	391
E	30,00%	3.556	1.067	114	34
F	50,00%	1.257	629	120	60
G	70,00%	852	596	68	48
H	100,00%	4.534	4.534	2.549	2.549
Total		1.633.555	19.216	1.361.853	13.347

Nível de risco	Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	3.100	3	4.342	4
B	1,00%	1.113	2	2.338	5
C	3,00%	325	2	233	1
Total		4.538	7	6.913	10
Total da carteira		1.638.093	19.223	1.368.766	13.357

- (a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI - Peac), aonde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é permitida somente sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos:

	31/12/2022		31/12/2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	14.130	13.357	11.124
Constituição de provisão	19.525	28.615	16.582
Reversão de provisão	(13.613)	(19.683)	(13.445)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	(819)	(3.066)	(904)
Saldo final	19.223	19.223	13.357

(b) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.h.

e) Composição da carteira por indexador

	31/12/2022		31/12/2021	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	1.255.940	76,67	1.075.792	78,60
Operações pós-fixadas	382.153	23,33	292.974	21,40
Total	1.638.093	100,00	1.368.766	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	31/12/2022		31/12/2021	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	127.397	7,77	185.992	13,59
Comércio	595.386	36,35	539.958	39,45
Serviços	895.364	54,66	622.410	45,47
Pessoa jurídica	1.618.147	98,78	1.348.360	98,51
Pessoa física	19.946	1,22	20.406	1,49
Total	1.638.093	100,00	1.368.766	100,00

g) No semestre findo em 31 de dezembro de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados para prejuízo no montante de R\$1.226 (R\$6 no semestre findo em 31 de dezembro de 2021), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$1.231 (R\$90 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).) – (Nota 18).

h) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram renegociadas operações no total de R\$283.371 (R\$36.217 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

i) Cessões de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$ 71.721 (R\$ 161.506 no exercício de 2021). Deste montante, R\$ 47.456 é referente a duplicatas de fornecedores das Empresas Randon e R\$ 24.265 refere-se a duplicatas de terceiros. As operações adquiridas geraram resultado de R\$ 8.242 no período (R\$ 1.793 no exercício de 2021). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

9. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos diversos	570	434
Adiantamentos diversos	99	154
Devedores diversos – país	348	157
Depósitos judiciais (Nota 13)	123	123
Outros valores e bens	6.882	8.424
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (a)	6.785	8.185
Despesas antecipadas	97	239
Total	7.452	8.858
Circulante	667	673
Não circulante	6.785	8.185

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	31/12/2022			31/12/2021	
	Custo	Provisão para desvalorização	Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	8.798	(1.620)	(393)	6.785	8.185
Total	8.798	(1.620)	(393)	6.785	8.185

Movimentação da provisão para desvalorização e despesa de venda:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.433	2.048
Constituição de provisão	644	502
Reversão de provisão	(64)	(1.117)
Saldo final	2.013	1.433

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Os bens são mensurados e contabilizados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, e destinados à alienação. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços necessários para a venda desses bens.

10. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2021		31/12/2022				31/12/2022		Taxas anuais depreciação/amortização % (*)
	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação/Amortização	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	
Mobiliário	268	(226)	24	(28)	-	18	264	(208)	15,5%
Equip. de processamento de dados	316	(166)	123	-	-	(48)	439	(214)	35,7%
Equip. de comunicação e segurança	143	(48)	13	-	-	(12)	156	(60)	19,5% e 25,5%
Imobilizado de uso	727	(440)	160	(28)	-	(42)	859	(482)	
Sistemas de processamento de dados	503	(226)	-	-	688	(120)	1.191	(346)	
Sistemas de processamento de dados – em desenvolvimento	12	-	1.461	-	(688)	-	785	-	
Licenças e direitos autorais de uso	177	(177)	-	-	-	-	177	(177)	
Intangível	692	(403)	1.461	-	-	(120)	2.153	(523)	20%

(*) As taxas anuais de depreciação e amortização foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico, tomando por base o valor residual de 31 de dezembro de 2022, em atendimento ao exposto nas Resoluções nº 4.535/16 e 4.534/16 do CMN.

11. Depósitos e instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, as captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letra Financeira com vencimentos até dezembro de 2027, sujeitos a encargos financeiros a CDI mais spread fixo e pré-fixadas até 15,15% ao ano (até 9,5% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI 99% a 135% a.a. (99% a 155% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos e instrumentos financeiros apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	31/12/2022					Total
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	
Interfinanceiros	-	214.600	-	-	-	214.600
A prazo	-	112.725	130.840	114.031	207.245	564.841
Outros depósitos (a)	11	-	-	-	-	11
Letras financeiras	-	-	50.832	-	-	50.832
Total	11	327.325	181.672	114.031	207.245	830.284
Circulante						327.336
Não circulante						502.948

(a) Refere-se a saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, sem remuneração (Nota 7).

	31/12/2021					Total
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	
Interfinanceiros	-	460.073	-	-	-	460.073
A prazo	-	41.405	8.312	15.906	200.774	266.397
Total	-	501.478	8.312	15.906	200.774	726.470
Circulante						501.478
Não circulante						224.992

No semestre findo em 31 de dezembro de 2022, as operações de captações no mercado geraram despesas de R\$53.463 (R\$16.000 no semestre findo em 31 de dezembro de 2021), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 R\$88.867 (R\$22.138 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2028.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 8,62% a.a. a 9,46% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 16,00% a.a. a 16,11% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 6,42% a.a. a 6,52% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	31/12/2022				
	Circulante			Não circulante Acima de 12 meses	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total		
Repasses do País – BNDES	602	400	1.002	-	1.002
Repasses do País – FINAME	56.098	165.419	221.517	467.414	688.931
Total	56.700	165.819	222.519	467.414	689.933

	31/12/2021				
	Circulante			Não circulante Acima de 12 meses	Total
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total		
Repasses do País – BNDES	1.110	2.133	3.243	1.000	4.243
Repasses do País – FINAME	39.044	119.061	158.105	314.028	472.133
Total	40.154	121.194	161.348	315.028	476.376

No semestre findo em 31 de dezembro de 2022, as obrigações por empréstimos e repasses geraram despesas de R\$37.789 (R\$19.371 no semestre findo em 31 de dezembro de 2021), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 R\$64.810 (R\$33.469 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Natureza	31/12/2022					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas Possível		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	840	4	2.105	3	123	10
Total	840	4	2.105	3	123	10

Natureza	Provável		31/12/2021 Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	840	4	1.997	2	123	10
Total	840	4	1.997	2	123	10

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos judiciais (Nota 9)	123	-	123	-
Provisão para riscos trabalhistas	840	-	840	-

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	840	683
Constituição de provisão	-	157
Saldo final	840	840

14. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	11.982	8.499
Impostos e contribuições diferidos	54	56
Total	12.036	8.555
Circulante	12.036	8.555

15. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores e outros credores diversos (a)	7.556	768
Salários e encargos	1.420	996
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	798	1.218
Fiscais e previdenciárias (b)	1.291	872
Sociais e estatutárias	4.361	2.915
Outras obrigações diversas (c)	1.219	119
Total	16.645	6.888
Circulante	16.339	6.859
Não circulante	306	29

(a) Do montante, R\$6.935 refere-se a comissões por financiamento, que representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Compror (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon.

- (b) Considerando a alteração prevista na Resolução BCB nº 92 de 06 de maio de 2021, art. 9º, os saldos referentes a essas comissões por financiamento, que eram classificados no grupo Resultado de exercícios futuros até 31 de dezembro de 2021 (Nota 16), foram reclassificados para o grupo de Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - País, a partir de janeiro de 2022. Os demais montantes referem-se a outros fornecedores.
- (c) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.
- (d) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos.

16. Resultado de exercícios futuros

	31/12/2022	31/12/2021
Comissão por financiamento	-	5.762
Total	-	5.762

Considerando a alteração prevista na Resolução BCB nº 92 de 06 de maio de 2021, art. 9º, os saldos referentes a essas comissões por financiamento, que eram classificados no grupo Resultado de exercícios futuros até 31 de dezembro de 2021, foram reclassificados para o grupo de Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - País a partir de janeiro de 2022 e estão demonstrados na Nota 15 a.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$235.000 (R\$185.000 em 31 de dezembro de 2021), representado por ações ordinárias e preferenciais de domiciliados no país, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	31/12/2022	31/12/2021
Ordinárias	114.419.012	92.097.583
Preferenciais	114.419.012	92.097.583
Total	228.838.024	184.195.166

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de março de 2022 e homologada junto ao BACEN em 12 de maio de 2022, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 22.321.429 ações ordinárias e 22.321.429 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 03 de março de 2022.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de março de 2021 e homologada junto ao BACEN em 16 de abril de 2021, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 23.148.148 ações ordinárias e 23.148.148 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 11 de março de 2021.

b) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 28 de abril de 2022, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$2.305, além de dividendos complementares, no montante de R\$411, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2022, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2021.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram pagos dividendos aos acionistas conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	2.305	1.987
Dividendos complementares provisionados	411	397
Dividendos provisionados	3.544	2.305
Pagamentos realizados no exercício	(2.716)	(2.384)
Saldo atual no exercício	3.544	2.305
Dividendo por lote de mil ações - R\$	0,015	0,013

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

18. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

	31/12/2022		31/12/2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos	1.949	3.425	2.830
Direitos creditórios descontados	8.359	14.621	8.523
Financiamentos	113.511	194.607	86.685
Recuperação de prejuízo (Nota 8.g)	1.226	1.231	90
Total	125.045	213.884	98.128

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre).

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2022 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20%. A alíquota da contribuição social foi majorada para 21% no período de 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022. A partir de janeiro de 2023 a alíquota da contribuição social retornará para 20%.

	31/12/2022 2º Semestre	Exercício	31/12/2021 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.230	27.274	18.648
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (I)	(6.966)	(12.385)	(8.806)
Adições permanentes	(47)	(96)	(74)
Exclusões permanentes	57	176	218
Outros ajustes	(81)	(47)	(281)
Total	7.037	12.352	(8.943)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(9.135)	(16.547)	(11.408)
IRPJ e CSLL ativo diferido	2.098	4.195	2.465
IRPJ e CSLL registrados no resultado	7.037	12.352	(8.943)
Alíquota efetiva	46,20%	45,29%	47,96%

(I) A alíquota da contribuição social no período de 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022 foi de 21%.

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.305	15.785	(12.919)	9.171
Receitas diferidas	2.593	38.632	(38.104)	3.121
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	52	473	(495)	30
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	450	279	-	729
Provisão despesas de matricialidade	-	972	(446)	526
Provisão para riscos trabalhistas	378	-	-	378
Outros	240	181	(164)	257
Ativo fiscal diferido	10.018	56.322	(52.128)	14.212

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.036	8.073	(6.804)	6.305
Receitas diferidas	941	14.486	(12.834)	2.593
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	75	314	(337)	52
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	921	32	(503)	450
Provisão para riscos trabalhistas	308	70	-	378
Outros	272	346	(378)	240
Ativo fiscal diferido	7.553	23.321	(20.856)	10.018

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	4.111
2023	5.027	2.305
2024	5.365	3.585
2025	3.795	17
2026	-	-
2027	25	-
Mais de 5 anos	-	-
Total	14.212	10.018

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 14,37% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$11.055 (R\$8.288 em 31 de dezembro de 2021 à taxa de 10,44% a.a.).

Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

20. Outras despesas administrativas

	31/12/2022		31/12/2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de processamento de dados	6.151	11.233	5.961
Despesas de serviços técnicos especializados	5.634	10.098	4.720
Participação dos empregados	522	1.042	717
Despesas de viagem no país	336	463	80
Despesas de promoções e relações públicas	286	389	196
Despesas de serviços do sistema financeiro	200	387	304
Despesas de comunicação	101	195	211
Despesas de aluguéis	99	192	177
Despesas de depreciação e amortização	120	191	113
Outras despesas administrativas	240	534	561
Total	13.689	24.724	13.040

21. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo					
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos		Diversos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	3.831	8.650	(19)	(43)	251	14
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	-	-	12
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	32.127	54.890	(163)	(274)	-	-
Fras-le S.A.	1.699	4.634	(9)	(23)	-	-
Freios Controll Ltda.	62	394	-	(2)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	368	1.420	(2)	(7)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	3.370	4.926	(17)	(25)	-	1
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	164	18	(1)	-	-	-
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	113	54	(1)	-	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	684	1.318	-	(7)	-	-
Randon Implementos Para o Transporte Ltda.	15	-	-	-	-	-
Randon Tech Solutions Industry Ltda.	7	-	-	-	-	-
Randon Messias Implementos Para o Transporte Eirell	139	-	(2)	-	-	-
Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.	5.035	-	(25)	-	-	-
Ferrari Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	-
Total	47.614	76.304	(239)	(381)	251	27

	Passivo							
	Depósitos a prazo		Outros depósitos		Credores diversos (*)		Bônus por financiamento (**)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	(153.858)	(113.004)	-	-	(84)	(1)	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(26.181)	(14.046)	-	-	(5)	(6)	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	(5.342)	(2.554)	-	-	-	-	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	(10.210)	-	-	-	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	-	(7)	-	-
Nakata Automotiva Ltda.	(69.515)	-	-	-	-	-	-	-
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(6.202)	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	(6.935)	-	-	(5.762)
Pessoas físicas	(1.514)	(82)	(6)	-	-	-	-	-
Total	(262.612)	(139.896)	(6)	-	(7.024)	(14)	-	(5.762)

(*) O montante de R\$ 6.935 refere-se ao saldo de Bônus por financiamento que eram classificados no grupo Resultado de exercícios futuros até 31 de dezembro de 2021 e que foram reclassificados para o grupo de Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - País a partir de janeiro de 2022, considerando a alteração prevista na Resolução BCB nº 92, art 9º, de 06 de maio de 2021, art. 9º, demonstradas na Nota 15 a.

(**) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compro (Floor Plan) e CDC (Nota 16).

	Resultado							
	Depósitos a prazo		Divida subordinada		Despesa Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	(9.243)	(2.960)	-	(189)	(6.941)	(3.441)	-	(43)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(3.588)	(2.241)	-	-	(5.458)	(664)	-	-
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(558)	-	-	-	-	-	-	-
Nakata Automotiva Ltda.	(5.853)	-	-	-	-	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	(483)	(54)	-	-	3	96	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	(470)	(211)	-	-	(1)	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(7)
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	(3)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(3)	(2)	-	(25)
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(23)
Freios Controlil Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(274)
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	1	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(91)	(90)	-	-
Ferrari Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(7)
Pessoas físicas	(136)	(1)	-	-	-	-	-	-
Total	(20.331)	(5.467)	-	(189)	(12.493)	(4.105)	-	(381)

	Resultado					
	Bônus por financiamento		Receita Prestação de serviços		Outras receitas operacionais – Reversão provisões	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	15	47	24	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda.	-	-	-	-	(1)	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	8	6	5	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(1)	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	8	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	10	15	8	-
Fras-le S.A.	-	-	5	28	15	-
Freios Controlil Ltda.	-	-	2	7	2	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	16	27	111	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	3	-	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda.	-	-	13	5	-	-
Nakata Automotiva Ltda.	-	-	-	2	-	-
Venice Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	1	-	-	-
Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	(25)	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	6	-
Centro Tecnológico Randon Ltda.	-	-	1	-	-	-
Empresas Randon	84.119	28.129	-	-	-	11
Total	84.119	28.129	71	148	144	11

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.787 (R\$1.844 em 31 de dezembro de 2021), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2022 são representados por R\$46 (R\$92 em 31 de dezembro de 2021) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 26.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

22. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

23. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	335.113	233.366
Nível I (NI)	335.113	233.366
Capital Principal (CP)	335.113	233.366
Capital social	265.000	215.000
Reservas de capital	79.341	25.156
Lucros acumulados	-	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	411	422
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(9.639)	(7.212)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	-	-
Dívida subordinada	-	-
Ativos ponderados pelo risco	2.314.045	1.909.911
Risco de crédito	1.835.537	1.503.938
Risco de mercado	724	1.584
Risco operacional	477.784	404.389
Valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	10.687	6.708
Margem de capital (*)	149.990	80.573
Índice de Basileia	14,48%	12,22%
Capital Nível I	14,48%	12,22%
Capital Principal	14,48%	12,22%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

24. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Conglomerado Prudencial Randon, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e social, ambiental e climático em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 4.557/17 e 4.945/2021. As tabelas do Relatório de Pilar 3 aplicáveis ao Conglomerado encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Conglomerado decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Conglomerado adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Conglomerado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Conglomerado mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira do Conglomerado honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Conglomerado, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Social, Ambiental e Climático

Entende-se por Risco Social, Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de tais riscos, conceituados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esses riscos, o Conglomerado criou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/21, e observa este conteúdo em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Conglomerado, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

25. Análise de sensibilidade

Em atendimento as exigências do art. 35 da Resolução BCB nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, e o histórico dos últimos anos respeitando as variações dos períodos e conforme a natureza de cada conta, que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- Carteira de crédito: variação quanto a qualidade da carteira para fins da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito:
 - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possíveis variações visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia;
 - Créditos tributários: resultado das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos.

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 17%	Aumento de 33%	Aumento de 50%
Efeito no resultado	(12.546)	25.091	37.928
Item sensibilizado	Carteira de crédito – Variação PCLD		
Premissa	Melhora de 11%	Piora de 22%	Piora de 33%
Efeito no resultado	2.118	(4.236)	(6.351)
Item sensibilizado	Provisão para risco cíveis e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(84)	(168)	(252)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 15%	Aumento de 30%	Aumento de 45%
Efeito no resultado	(2.145)	4.290	6.422

26. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira aos empregados das Empresas Randon.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2022 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no exercício montaram R\$174 (R\$180 em 31 de dezembro 2021). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 31 de dezembro de 2022 é de R\$30 (R\$23 em 31 de dezembro de 2021), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

Despesa líquida com benefícios	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	6	4
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	(1)	-
Receita de juros sobre ativos do plano	(9)	(6)
Juros sobre o superávit irrecuperável	-	-
Custo do benefício definido no resultado	(4)	(2)
Rendimento real dos ativos do plano	(5)	(1)

Ativo (passivo) de benefícios

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigação com benefícios definidos (valor presente das obrigações atuariais)	(49)	(34)
Valor justo dos ativos do plano	64	46
Ajuste devido	(7)	-
Ativo de benefícios	8	12

No exercício de 2022, as movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2021	(34)
Custo de juros	(3)
Custo do serviço corrente	(6)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	(6)
Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2022	(49)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	46
Retorno real dos investimentos	14
Transferências	-
Contribuição do empregador	4
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	64

As principais categorias dos ativos do plano são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos financeiros de renda variável	15	10
Instrumentos financeiros de renda fixa	28	23
Outros	21	13
	64	46

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
	%	%
Taxa nominal de desconto	9,67	8,91
Taxa nominal de crescimento salarial	6,61	5,52
Taxa nominal de crescimento de benefícios	3,50	3,25

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

Contribuições esperadas para o próximo exercício

Empresa	7
Participantes	-
Total	7

Perfil de vencimento das obrigações de benefício definido para o próximo exercício

Pagamento de benefícios esperados até 31 de dezembro de 2023	5
Pagamento de benefícios esperados após 1º de janeiro de 2024	91
Total	96

Análise de sensibilidade da premissa significativa "taxa de desconto":

Premissa significativa	Valor presente da obrigação (31/12/2022)	1% Aumento - efeito no VPO	1% Redução - efeito no VPO
Taxa de desconto (em 31 de dezembro de 2022 – 9,67%)	47	2	(3)

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 10,67%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 8,67%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$50.817 para danos materiais (R\$50.648 em 31 de dezembro de 2021).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Resultado não recorrente

	31/12/2022 2º Semestre	Exercício	31/12/2021 Exercício
Eventos não recorrentes			
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	93	71	305
Resultado não recorrente	93	71	305

29. Eventos subsequentes

Em 02 de fevereiro de 2023, o Banco teve seu capital aumentado de R\$235.000 para R\$306.000, portanto um aumento de R\$71.000, integralizados em moeda corrente. O processo encontra-se em análise pelo Banco Central do Brasil.

Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária:

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais do Banco transitadas em julgado, e não identificamos neste momento nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Jaime Marchet

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Augusto Giongo Letti

Diretor Comercial: David Jose Teixeira Felix

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1